

O(s) Tempo(s)

Inês Amorim
(CITCEM-Universidade do Porto)
inesamorimflup@gmail.com

Sara Pinto
(FCT-CITCEM-Universidade do Porto)
saramcpinto@gmail.com

Luís Pedro Silva
(FCT-CITCEM-Universidade do Porto)
pedrosilva1099@hotmail.com

Resumo: como responsáveis pela proposta do dossiê temático, *o(s) tempo(s)* considerou-se ser pertinente uma reflexão mais alargada que contribuísse para uma leitura cruzada e interdisciplinar a partir da História, tendo em consideração a evolução do pensamento historiográfico, assim como as diferentes aceções do tempo, entre o histórico e o simbólico.

Palavras-chave: escalas temporais, memória, património, tempo natural e social.

Abstract: As proposal proponents of the thematic, *the time (s)*, we considered relevant a broader reflection that would contribute to a cross-reading and an interdisciplinary perspective from History scientific area, taking into account the evolution of historiography, as well as the different meanings of time, between the historical and the symbolic.

Key words: temporal scales, memory, patrimony, natural and social time.

Résumé: En tant que promoteurs du sujet proposé pour le dossier thématique, *le (s) temp (s)* ont a considéré pertinent une réflexion plus une lecture plus large, croisée et interdisciplinaire du point de vue de l'Histoire, tenant compte de l'évolution de la pensée historiographique, ainsi que les différentes significations du temps, entre l'historique et le symbolique.

Mots-clés: échelles temporelles, mémoire, patrimoine, temps naturel et social.

Resumen: Como proponentes de la temática propuesta para el dossier temático, *el tiempo (los tiempos)* se consideró pertinente una reflexión más amplia que contribuía a una lectura cruzada e interdisciplinaria a partir de la Historia, teniendo en cuenta la evolución del pensamiento historiográfico, como las diferentes aceptaciones del tiempo, entre lo histórico y lo simbólico.

Palabras clave: escalas temporales, memoria, patrimonio, tiempo natural y social.

O tempo interessa ao historiador de forma implícita, porque este assume que a História é uma narrativa de mudanças. A reflexão sobre este tópico tem sido feita por vários, no contexto de uma panóplia de estudos sobre o tempo, por parte da filosofia, antropologia cultural, por modelos estruturalistas, funcionalistas, fenomenológicos e marxistas, pela teoria do conhecimento histórico, entre cientismo e narrativismo (Hunt, 2008; Soares, 2010). A uma outra escala, mais micro, será possível perguntar de que forma um homem ou um grupo se apropria e como se apropria das ideias e crenças do seu tempo ou que parecem fora do seu tempo (Davis, 2009; Ginzburg, 1991; Revel, 1990, 1996). Justifica-se, por esta diversidade de percursos epistemológicos, que tenhamos usado a palavra tempo no plural.

Em 1977, Jacques Le Goff, recorrendo a muitos outros contributos, identificava alguns problemas colocados à História ‘do seu tempo’. Entre eles, o do tempo e a sua duração, “tanto com o tempo ‘natural’ e cíclico do clima e das estações quanto com o tempo vivido e naturalmente registado dos indivíduos e das sociedades”, o que justificava a procura de instrumentos de medição e, por outro lado, o relacionar a história à memória. O outro problema, ligado ao anterior, era o da dialética da história, “numa oposição – ou num diálogo – passado/presente (e/ou presente/passado)”, associado a um sistema de atribuição de valores, como o do antigo e do moderno, do progresso, da decadência e da crise (Le Goff, 2000: 9). Neste último caso, a História seria feita segundo ritmos diferentes e ao historiador competia reconhecer tais ritmos.

Nesta perspetiva, o historiador parece ganhar um papel de analista das tendências e das regularidades históricas, apoiado numa panóplia de ferramentas que acumulam informação, a quantificam e a analisam a escalas inimagináveis. A medição parece tomar conta de uma análise que se quer científica, mas que não é suficiente para explicar as formas científicas de analisar a sociedade. Justifica-se, ainda, pela reflexão que a historiografia tem desenvolvido, em particular em dois campos, o do alargamento do território do historiador, quer em termos de objetos de estudo, quer da metodologia de análise dos processos de mudança, e o do crescente trabalho em equipas de investigação multidisciplinares que contaminam os modos de revisitar fontes de informação e abordagens (Evans, 2002).

Assim, como recorda Marc Bloch, se a História é “a ciência dos homens no tempo” (Bloch, 2010: 89), uma sequência de mudanças, que nos obrigam a refletir sobre as suas características, razões e as perceções das mudanças, ela torna-se, antes de mais,

um desafio de compreensão de cada tempo (o atual, de cada contemporaneidade), porque revela, em simultâneo, a trajetória da humanidade no decorrer do tempo e o estudo dessa trajetória (Bunge, 1985: 191).

Mais ainda, o tempo histórico ganha uma carga simbólica se associado ao conceito de património, ao situar-se entre a eternidade (datável) e a imortalidade (sem tempo), ou seja, entre a conservação de algo que nos emociona (pessoal), uma memória individual, e a manutenção de um vestígio efêmero que lhe dá imortalidade, ao tornar-se memória coletiva. Neste sentido, a ideia de património reconduz ao campo de uma tranquilizante ficção, a de conciliar a continuidade com a mudança, a conservação de um tempo com a criação de novas temporalidades. Para assegurar tal ficção, as “máquinas da memória”, como os arquivos, museus, monumentos, cidades, etc., fixam o tempo, são os seus guardiões, e o passado surge como um valor-refúgio (Guillaume, 2003: 29-36), ficcional, tantas vezes recriado.

De tempo estático a tempo linear, foi-se concebendo o explicativo e um desejo de futuro, enquanto ideia de progresso, visão que conduziu a uma classificação da periodicidade da História. Uma escrita cumulativa surge como comprovativo do passado, numa construção que se tornou explicativa de causas, elos e decorrências. Até que os tempos se desdobram em ciclos, inter-ciclos, seculares e plurisseculares; ritmos de longa duração ou estruturas, a média duração das conjunturas e os pequenos ciclos, ou o tempo de curta duração ligado ao evento (Pomian, 1993). Algumas frases emblemáticas recordam-nos como essas dimensões de tempo e de espaço são inerentes à História e homenageiam quem traçou e sensibilizou, há muito, para estas perspectivas: “a História do Mundo não é um rio mas vários rios, é uma superabundância de correntes”; “há temporalidades de longa ou muito longa duração, conjunturas lentas e menos lentas, modificações rápidas, algumas instantâneas” (Braudel, 1997: 12; Febvre, 1977: 55).

Realidade complexa, que obriga a adaptações, sobretudo quando hoje, cada vez mais, o paradigma informacional e a sociedade em rede induzem a uma perturbação na ordem sequencial do fenómeno sucedido, numa compressão do tempo (Castels, 2007: 597), ou em escalas que ultrapassam os tempos da construção dos nacionalismos (McNeill, 2006).

Por seu lado, a valorização do tempo traduziu-se no surgimento dos tempos sociais, na transformação do tempo de trabalho (nas medições do trabalho humano, com

o taylorismo e sucedâneos) e do tempo de descanso, ou da liberdade de usar o tempo, nas suas variáveis: do calendário sagrado, entre devoções e tempos litúrgicos, ao tempo das comemorações políticas e de reivindicações sociais de um calendário social de lazer, de valorização dos “tempos sociais” (Corbin, 2001).

A medição do tempo assumiu múltiplas roupagens, num progressivo movimento de ciclos, dia e noite (Koslofsky, 2011), estações do ano, numa configuração humana, mecânica e, hoje, atómica, de frações de segundo. A História da medição do tempo é a de procura da normalização e das convenções, embora se intua que o processo de substituição dos campanários, dos sinos e dos relógios nos situe no domínio das alterações das paisagens sonoras e da cultura do sensível, de representação social (Corbin, 1994).

Atira-nos para uma outra dimensão, incontornável, quando na Idade Média se condenam os mercadores porque os seus ganhos significavam uma hipoteca sobre o tempo que se entendia como pertencente a Deus, pois que toda a atividade mercantil assentava sobre a antecipação de ganhos que dependiam da variante tempo – acumulação face à previsão de fomes, compra e venda em conjunturas favoráveis. A elaboração teórica ao nível canónico e teológico adaptou-se muito lentamente às mudanças do mundo em termos de práticas económicas, tanto mais que as infraestruturas parecem ampliar os ganhos em tempo. O “tempo do mercador” acelerase quando ele acumula exponencialmente a sua riqueza ao colocar os seus capitais a juros, numa ambivalente e chocante novidade que se amplia, até hoje, em ganhos, por vezes, sem rasto (Le Goff, 1960; Rosenthal, 1993; Priotti, 2002).

Finalmente, a lógica da atemporalidade coloca-se, por outro lado, como fator de resistência, porque atores sociais “tentam controlar o domínio da atemporalidade sem história” (Castels, 2007: 614), nomeadamente nas questões ambientais, entre a busca pelo controlo do espaço (reação defensiva) e a busca pelo controlo do tempo (preservação da natureza para as futuras gerações) (Castels, 2007 a: 78), lógica que se terá colocado noutros tempos, cronologicamente recuados (McNeill, 2006: 285).

Esta perspetiva conduz-nos à dimensão do “tempo profundo”, um conceito associado à periodização geológica (Holoceno), a que sucede a socio-biológica (Antropoceno, com o surgimento de organismos multicelulares complexos), no alinhamento de duas trajetórias até então separadas, a do tempo geológico e a do tempo social. Numa revisão mitológica, a deusa grega Gaia, mãe ancestral da Terra, torna-se

uma deusa vingativa frente à conduta humana, ao protagonismo do ser humano, sobretudo por o conectar com as profundezas do tempo, com os não humanos que nos fazem humanos (microrganismos), à dinâmica climática (Arias Maldonado, 2018: 99-104; Le Cain, 2017: 1-22; Robin, Sörlin, Warde, 2013: 479-526).

Mas o tempo é, igualmente, o momento atmosférico, é o estado do clima e das estações do ano, continuando a ser uma configuração de perceções do tempo que, cada vez mais, se quer controlar, medir e perceber, para antecipar os seus extremos (Brázdil et al., 2010; Pfister, 2015). A frequência e a intensidade desses fenómenos naturais serão, tendencialmente, registadas, de um modo que se quer cientificamente conduzido. Contudo, o registo contém conjuntos de dados muito mais amplos para a avaliação das respostas culturais e sociais, tendo em consideração o antes e o depois de um evento, nomeadamente os desastres, em que a memória social surge como um elemento fundamental reconstituente desse evento extremo, em cada tempo (Bankoff, 2004).

Bibliografia:

ARIAS MALDONADO, Manuel (2018), *Antropoceno. La política en la era humana*, Barcelona, Penguin Random House.

BANKOFF, Greg (2004), “Time is the Essence: Disasters, Vulnerability and History”, *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, vol. 22, n.º 3, November, pp. 23-42.

BLOCH, Marc (2010), *Introdução à História*. Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch, Mem Martins, Publicações Europa-América.

BRAUDEL, Fernand (1997), *Civilisation matérielle, Economie et Capitalisme. Les Structures du Quotidien*, Paris, Armand Colin.

BRÁZDIL, Rudolf; DOBROVOLNÝ, Petr; LUTERBACHER, Jürg; MOBERG, Anders; PFISTER, Christian; WHEELER, Dennis; ZORITA, Eduardo (2010), “European climate of the past 500 years: new challenges for historical climatology”, *Climatic Change*, 101, pp. 7-40.

BUNGE, Mario (1985), *Treatise on Basic Philosophy, Volume 7, Netherlands*, Springer Netherlands.

CASTELS, Manuel (2007 a), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II.

- Inês Amorim, Sara Pinto, Luís Silva – O(s) Tempo(s) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a1
- CASTELS, Manuel (2007), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A sociedade em rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I.
- CORBIN, Alain (1994), *Les cloches de la terre. Paysage sonore et culture sensible dans les campagnes au XIX siècle*, Paris, Albin Michel.
- CORBIN, Alain, ed. (2001), *História dos tempos livres*, Lisboa, Teorema.
- DAVIS, Natalie Zemon (2009), *O regresso de Martin Guerre*, Lisboa, Fio da Palavra.
- EVANS, Richard (2002), "Prologue: What is History? – Now", in David Cannadine (ed.), *What is History now?* Houndmills, Palgrave Macmillan, pp. 1-18.
- FEBVRE, Lucien (1977), *Combates pela História*, Lisboa, Editorial Presença.
- GINZBURG, Carlo (1991), *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel.
- GUILLAUME, Marc (2003), *A política do património*, Lisboa, Campo das Letras.
- HUNT, Lynn (2008), *Measuring time. Making History*, Budapest, Central European University Press.
- KOSLOFSKY, Craig (2011), *Evening's empire. A history of the night in the Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LE CAIN, Timothy J. (2017), *The matter of History. How things create the past*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LE GOFF, Jacques (2000), *História e Memória*, Lisboa, Edições 70, vol. I.
- LE GOFF, Jacques (1960), "Au Moyen Âge: temps de l'Église et temps du marchand", *Annales*, 15, pp. 417- 433.
- McNEILL, William H. (2006), "Afterword: World History and Globalization", in A.G. Hopkins, *Global History: Interactions between the universal and the local*, Basingstoke, Macmillan.
- PFISTER, Christian (2015), "Weather, Climate and the Environment", in Hamish Scott (ed.), *The Oxford Handbook of Early Modern European History, 1350-1750: Peoples and Place*, Oxford, Oxford University Press, vol. I, pp. 70-93.
- POMIAN, Krzysztof (1993), *Tempo/Temporalidade*, Enciclopédia Einaudi, vol. 29, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- PRIOTTI, Jean-Philippe (2002), "Uso material e inmaterial del dinero. Un análisis social para el estudio de los patrimonios mercantiles en España y América (siglos XVI-XVII)", in R. Robledo Hernández y H. Casado Alonso (coords.), *Fortuna y negocios: formación y gestión de los grandes patrimonios (siglos XVI-XX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, pp. 45-72.

Inês Amorim, Sara Pinto, Luís Silva – O(s) Tempo(s) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a1

REVEL, Jacques (1990), *A invenção da sociedade*, Lisboa, Difel.

REVEL, Jacques, dir. (1996), *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris, Gallimard-Le Seuil, «Hautes Études».

ROBIN, Libby; SÖRLIN, Sverker; WARDE, Paul (2013), *The Future of Nature*, New Haven and London, Yale University Press.

ROSENTHAL, Jean-Laurent (1993), “Credit Markets and Economic Change in Southeastern France 1630-1788”, in *Explorations in Economic History*, Vol. 30, Issue 2, April, pp. 129-157.

SOARES, Artur Martinho (2010), *História e Ficção em Paul Ricœur e Tucídides*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.